



A enquete está disponível no site da ADUFPB. O formulário pode ser preenchido também nos dispositivos eletrônicos, como celulares e tablets.

Você se sente seguro(a) para voltar às aulas presenciais na UFPB?

Comissão da ADUFPB realiza enquete sobre o retorno às aulas e a segurança à saúde da comunidade docente



ELEIÇÕES DO SINDICATO

Assembleia docente decide por prorrogação da gestão da atual Diretoria da ADUFPB até posse de novos diretores, em 2022

Comissão da ADUFPB conclama categoria a responder enquete sobre retorno presencial

Como os professores e professoras da UFPB estão lidando com o período suplementar remoto? Quais são os desafios da categoria neste momento de estabilização da pandemia de covid-19? E quais as implicações desse processo na sua saúde? Para responder a questões como essas, a ADUFPB lançou uma enquete entre os docentes dos quatro campi da universidade. Produzido por uma Comissão Docente instituída pelo sindicato, o levantamento embasará uma pauta de reivindicações para garantir o retorno seguro às aulas presenciais.

A possibilidade de retomada vem sendo avaliada pelos professores desde agosto passado. Para garantir a segurança sanitária na universidade, é preciso atentar para a complexidade da infraestrutura e as especificidades da rotina de trabalho no ambiente acadêmico — por isso, é necessário que todos os envolvidos respondam prontamente ao questionário. “Nosso intuito é traçar perspectivas de um retorno saudável e sustentável. Quanto maior a participação dos docentes, mais positivo será”, disse o professor Aldenildo Costeira, do Departamento de Promoção da Saúde, um dos membros da comissão.

Para preencher o questionário, basta ir ao *site* da ADUFPB (www.adufpb.org.br) e, na primeira página, clicar na imagem da primeira matéria em destaque. Esse clique dará acesso direto ao formulário, que pode ser preenchido por computador, notebook, tablet ou celular. “É uma pesquisa rápida, com duração de um minuto a um minuto e meio. No entanto, as respostas serão imprescindíveis para que a comissão formalize políticas de retomada de forma segura”, acrescentou o professor Danilo Fernandes Costa, também do Departamento de Promoção da Saúde.

Segundo os professores, a portaria que determina a volta dos servidores técnico-administrativos às atividades presenciais não faz sentido neste momento, nem do ponto de vista sanitário, nem do ponto de vista pedagógico, uma vez que o semestre já está se encerrando e as aulas presenciais só devem começar no próximo ano. “Precisamos de uma comunidade universitária unida em torno de criar condições protegidas, seguras e saudáveis para todos”, avaliou Costeira.



Levantamento sobre a situação do trabalho docente diante da pandemia - Período Suplementar 2021.1

Esse levantamento, produzido pela Comissão Docente da ADUFPB, busca compreender como a categoria docente está lidando com o período suplementar remoto e suas implicações na saúde da comunidade universitária no atual estágio da pandemia da Covid-19, com intuito de elaboração de uma pauta de reivindicação que irá elencar pontos importantes, a serem exigidos pelo Sindicato, como condição necessária para o retorno seguro. O preenchimento do instrumento visa trazer à referida comunidade os aspectos mais gerais; o sigilo das questões mais pessoais será devidamente preservado. O instrumento é para toda categoria docente, independente de estar sindicalizado ou não.

Concordo em participar deste questionário cuja finalidade será apenas a coleta de um levantamento das condições da comunidade docente no atual estágio da pandemia. Ademais, estou ciente de que os itens de identificação pessoal aqui respondidos ficarão em total anonimato

Sim

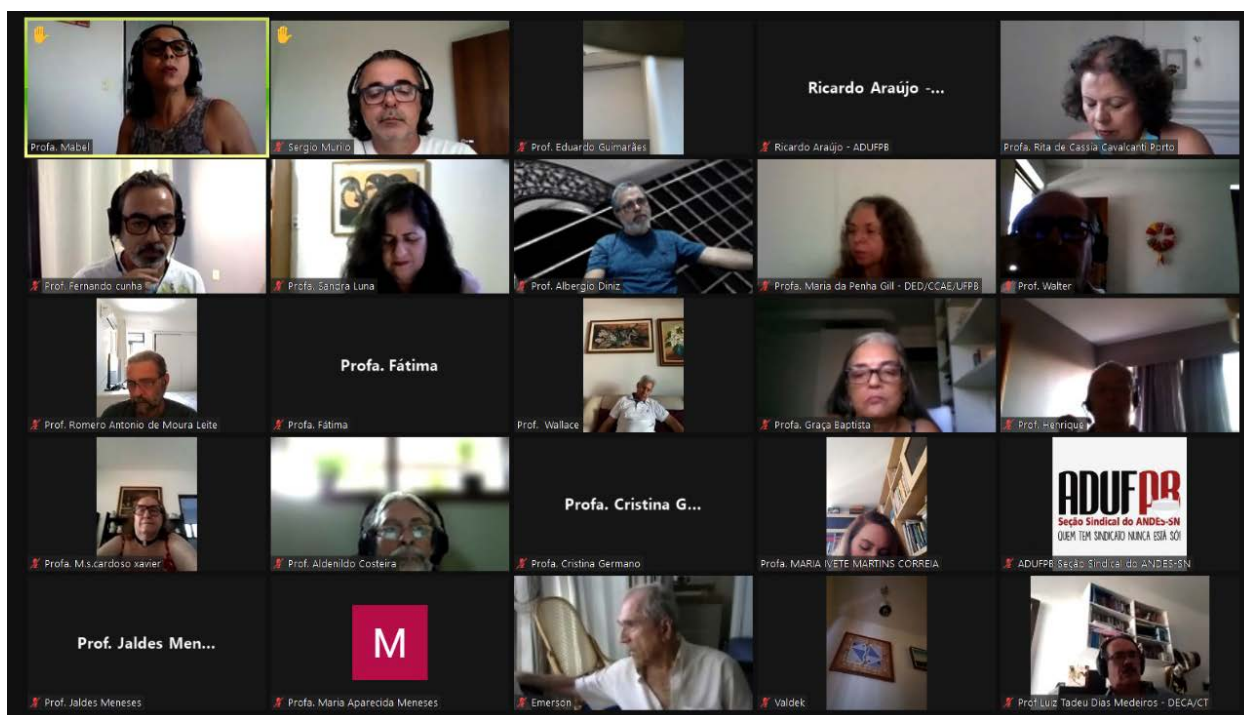
Não

Qual o seu E-mail? *

Texto de resposta curta

Qual o seu SIAPE? *

A enquete já está disponível no *site* da ADUFPB



Realizada de forma remota, a Assembleia da ADUFPB teve a participação de quase 200 docentes

Assembleia docente decide adiar eleições e prorrogar mandato da atual diretoria da ADUFPB

Por 140 votos favoráveis, um voto contrário e uma abstenção, a assembleia docente realizada na tarde desta quarta-feira (10) decidiu adiar as eleições para a Diretoria Executiva da ADUFPB e o seu Conselho de Representantes. Na pauta, também houve encaminhamentos sobre a retomada presencial das atividades na UFPB, com tópicos como vacinação, retorno gradual e adequação da universidade para acolher esse processo.

Com o adiamento das eleições, os atuais mandatos da diretoria e do conselho serão prorrogados até a posse dos próximos gestores e conselheiros. Por recomendação da assembleia, a campanha eleitoral deverá começar no dia 14 de março de 2022, com eleições 30 dias depois dessa data e posse da nova diretoria 15 dias após o processo eleitoral — que será totalmente presencial.

RETORNO ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS

Em relação à retomada das atividades presenciais, os encaminhamentos acordados nessa assembleia devem ser levados à próxima reunião

do Consuni. Os tópicos abordados foram: vacinação para todos; retorno presencial gradual; e adequação da infraestrutura física, de equipamentos e de proteção individual para técnicos administrativos e professores. “Concordamos com o retorno, desde que as nossas reivindicações sejam atendidas. A universidade precisa garantir a segurança da retomada, pois essa é a orientação dos órgãos de vigilância sanitária. Vamos lutar por isso”, disse Fernando Cunha, presidente da ADUFPB.

Por fim, a assembleia aprovou, por unanimidade, uma Moção de Solidariedade da ADUFPB à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), devido aos ataques feitos pelo deputado estadual de São Paulo Frederico d’Ávila (PSL), que chamou o papa Francisco e o arcebispo de Aparecida (SP), dom Orlando Brandes, de “pedófilos”, “vagabundos” e “safados”, em uma sessão da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp).

A assembleia dessa quarta-feira aconteceu em modo remoto e teve a participação de cerca de 200 docentes, entre sindicalizados e não sindicalizados.

ADUFPB e Observatório Paraibano de Jornalismo se reúnem para discutir ataque a docentes na mídia paraibana

O Observatório Paraibano de Jornalismo (OPJ) procurou a ADUFPB para alertar o sindicato quanto ao registro de inúmeros ataques aos docentes na imprensa paraibana. Uma reunião entre membros do Observatório e a diretoria de Comunicação do sindicato aconteceu em 27 de outubro e deu início uma parceria que ajudará a esclarecer e informar melhor a população a respeito do trabalho, das lutas e do valor dos professores para a sociedade.

Formado por experientes comunicadores e professores de comunicação, o Observatório Paraibano de Jornalismo é uma iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPJ) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e reúne seus membros regularmente para avaliar o conteúdo oferecido pela mídia paraibana. O grupo atua em quatro vertentes: crítica de mídia, combate à desinformação, monitoramento de acessibilidade e gestão da qualidade da informação jornalística.

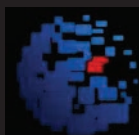
Em uma de suas reuniões ordinárias, o OPJ identificou serem recorrentes, na mídia local, referências desrespeitosas aos professores que lutam pelo direito de preservar sua saúde em tempos de pandemia da covid-19. Foi isso que levou

os observadores a procurarem a ADUFPB para ouvir do sindicato o que pode ser feito para oferecer à audiência as informações corretas e anular o que mais tarde foi chamado por Rubens Nóbrega, um dos membros do Observatório, de “achincalhe” feito pela mídia.

No encontro, que contou com a presença de Cristiano Bonneau e Sandra Luna, diretores do sindicato, e dos comunicadores Carmélio Reynaldo, Zulmira Nóbrega e Sandra Moura, além do próprio Rubens Nóbrega, foram discutidas formas

de lidar com esse problema e sugestões foram feitas.

Entre os frutos dessa parceria, ADUFPB e OPJ disponibilizaram espaços para que publicações cruzadas fossem divulgadas e para que os públicos se somassem. Também ficou preestabelecido que novas rodas de discussão podem e devem ocorrer e, assim, o sindicato passa a contar com um valioso auxílio, mais que especializado, para atuar em defesa dos professores em geral e, mais especificamente, em defesa dos docentes da UFPB.



Observatório
Paraibano de Jornalismo ■

Formado por uma rede de observadores, com representação nas diversas localidades, da capital ao interior do Estado da Paraíba, o Observatório Paraibano de Jornalismo reúne jornalistas profissionais, professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e graduação que se dedicam voluntariamente à análise crítica de material jornalístico divulgado na Internet (blogs, portais institucionais, comerciais, redes sociais digitais etc.), mídia impressa (jornais e revistas) e eletrônica (rádio e tevê).

Plenária Nacional contra a PEC 32 ocorre neste sábado, 13/11. Professores, participem!

Na manhã deste sábado (13/11), a partir das 8h30, servidoras e servidores públicos federais, estaduais e municipais estarão reunidos em Plenária Nacional contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32. **As vagas são limitadas e as inscrições para participar da atividade, que ocorrerá pela internet, podem ser realizadas no site www.contrapec32.com.br até o preenchimento das vagas para acesso à plataforma.** A chamada "Reforma Administrativa" representa o desmonte dos serviços públicos e um profundo ataque aos direitos do funcionalismo público municipal, estadual e federal.

Organizada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e pelo Fórum das Centrais Sindicais, a plenária será um momento de troca de experiências e reflexões sobre a luta empreendida até o momento contra a PEC 32. A ideia é projetar um calendário de mobilização em comum entre as organizações. Em reunião realizada na última quinta-feira (4), as centrais sindicais e entidades que organizam as categorias do setor público indicaram o dia 8 de dezembro para um novo Dia Nacional de Lutas.

As servidoras e os servidores públicos estão prestes a completar dois meses de luta incessante, com atos em Brasília semanalmente, além de dias de mobilização nacional, como o ocorrido no dia 28 de outubro, Dia da Servidora e do Servidor Público, e em 18 de agosto.

Rivânia Moura, presidenta do ANDES-SN, reforça a importância da participação das e dos docentes na plenária deste sábado (13). Ela lembra que a luta contra a PEC 32 ganhou novo fôlego a partir de uma plenária nacional, também

CONTRA PEC 32

PLENÁRIA NACIONAL CONTRA A PEC 32

13 NOV 8h30 às 13h

INSCRIÇÕES PELO SITE: contrapec32.com.br

Evento online pela plataforma ZOOM.

com os três segmentos dos servidores públicos, que aconteceu em julho de 2021, com mais de 5 mil servidores e servidoras.

"Dali foi tirado o dia nacional de luta em 18 de agosto e a intensificação da nossa luta passou a ser pautada em outro patamar de enfrentamento, que se desdobrou nessa jornada de lutas em Brasília, que estamos mantendo há 8 semanas. Por isso, essa nova plenária dos três segmentos dos servidores públicos é muito importante para pensar as novas ações de luta e enfrentamento. É fundamental que os e as docentes participem dessa plenária, porque o ANDES-SN tem sido uma das principais entidades a manter um maior número de participação [nos atos] em Brasília", destaca.

A presidenta do Sindicato Nacional ressalta, ainda, que a atividade deste sábado será muito importante para compartilhar a experiência do que têm sido esses dias de luta na capital federal. "E também para trazer ânimo para a continuidade das ações nessa batalha imprescindível

para derrubar esse projeto do governo Bolsonaro, que promove a destruição dos serviços públicos", acrescenta.

Rivânia lembra também que está previsto um dia nacional de luta para dezembro, contra a PEC 32 e contra o governo Bolsonaro, com atos nos estados e em Brasília. "Fica o nosso chamado para compor esse espaço, participar dessa plenária e fazer ainda desse dia em dezembro uma data muito importante para as nossas lutas e para os nossos próximos passos de enfrentamento à PEC 32. Derrotar Bolsonaro significa derrotar também suas pautas. E essa pauta precisa ser derubada nas ruas, na luta, com pressão junto aos par-

lamentares nos estados, para que possamos enterrar de vez essa PEC tão destrutiva para os servidores e as servidoras, para os serviços públicos e para a população", conclui.

PROTESTOS CONTINUAM

As servidoras e os servidores, incluindo docentes das seções sindicais e da diretoria nacional do ANDES-SN, seguem em Brasília, em protesto permanente contra a PEC 32. Na manhã da terça-feira (9), quem chegou ao aeroporto da capital federal, assim como nas últimas semanas, se deparou com o protesto contra a Reforma Administrativa. Faixas e cartazes destacavam os riscos de aprovação da medida, assim como alertavam aos e às parlamentares que desembarcavam que "quem votar, não volta", em alusão à eleição do próximo ano.

No período da tarde, as e os manifestantes se concentraram no Anexo 2 da Câmara dos Deputados, dando sequência ao protesto.

Fonte: Andes-SN

Centrais Sindicais defendem obrigatoriedade de vacina no trabalho para salvar vidas

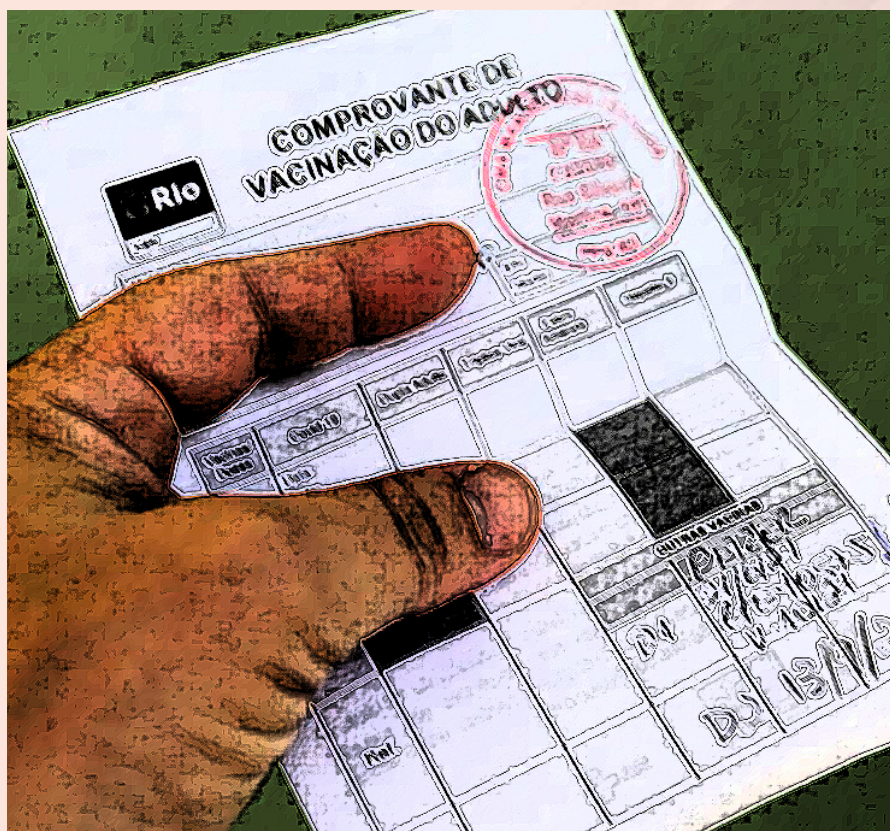
As Centrais Sindicais brasileiras se pronunciaram sobre o anúncio do governo Bolsonaro de proibir a demissão de pessoas que não comprovarem a imunização contra a covid-19. No dia 1º de novembro, o Ministério do Trabalho (MTE) publicou a portaria 620, que diz que empregadores não poderão dispensar funcionários que não comprovem ter recebido a imunização contra o novo coronavírus, nem exigir comprovação de vacinação.

As centrais sindicais CSP-Conlutas, CUT, Força Sindical, CTB, UGT, NCST, CSB e Intersindical divulgaram nota conjunta no dia seguinte (terça-feira, 2/11), na qual defendem a obrigatoriedade da vacina como essencial para salvar vidas. “O advento da vacina contra o coronavírus em tempo recorde foi uma conquista da humanidade que nos permite retomar a economia e um saudável convívio social”, afirma a nota.

As entidades chamam atenção para o fato de Bolsonaro divulgar a medida às vésperas do feriado de Finados, diante de uma conjuntura em que mais de 600 mil pessoas perderam a vida para a covid-19. Para as Centrais, a portaria do MTE, assinada pelo ministro Onyx Lorenzoni, promove mais do que uma distorção do entendimento sobre as regras de convívio social, está “criando um ambiente de insegurança e desproteção sanitária”.

Em nenhum momento as entidades sindicais defendem demissão por justa causa, mas sim que sejam observados os protocolos da Organização Mundial do Trabalho (OIT) de “atenção aos protocolos de segurança e contenção da pandemia”. “Defendemos de forma intransigente a ratificação da convenção 158 da OIT que trata da proteção dos empregos contra as demissões arbitrárias”, apontam as Centrais.

“Esse governo que agora re-



Agência Brasil

tira a obrigatoriedade de vacina e que contraditoriamente determina que as empresas façam testagem em massa nos trabalhadores, é o mesmo que jogou testes no lixo e que trata a covid-19 como ‘gripezinha’. Sob o pretexto de privilegiar o direito individual, a Portaria do MTE fere o direito constitucional de assegurar a saúde e segurança no ambiente do trabalho”, ressalta a nota.

As entidades também reafirmam a defesa da vida como prioridade. “Acima de qualquer outro, a vida é um direito a ser preservado para todas e todos!”.

COMPROVANTE DE VACINAÇÃO

Em contraponto à portaria do MTE, vários órgãos públicos estão exigindo a comprovação de vacina-

ção tanto de servidores e servidoras quanto de visitantes. Em São Paulo, a prefeitura da capital é uma das que já cobra o chamado “passaporte vacinal”.

O Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior do Trabalho, por exemplo, passaram também a cobrar, a partir dessa quinta-feira (4), a comprovação de imunização contra o coronavírus de servidoras, servidores e visitantes. Quem ainda não completou a imunização deverá apresentar teste RT-PCR ou de antígeno negativos para covid-19 realizados em 72 horas anteriores à visita. Permanece obrigatório o uso de máscara de proteção facial em todos os ambientes do STF e do TST.

Fonte: Andes-Sn, com informações da CSP-Conlutas.



FOTOS: Regina Negreiros

Já respondeu à nossa enquete?

PROFESSORA, PROFESSOR!

**VOCÊ SE SENTE
SEGURA(O) PARA VOLTAR
ÀS AULAS PRESENCIAIS
NA UFPB?**

Responda a enquete da ADUFPB que nos ajudará a discutir a situação docente diante os riscos da pandemia da covid-19 nas salas de aula.

PARTICIPE! Sua contribuição é importante!

Levantamento sobre a situação do trabalho docente diante da pandemia - Período Suplementar 2021.1

Este levantamento, organizado pela Comissão Docente da ADUFPB, busca compreender como a categoria docente está lidando com o período ajustado ao ensino e suas implicações na saúde da comunidade universitária no atual estágio da pandemia de Covid-19, com intuito de elaboração de uma estratégia reestruturada que vá além dos limites institucionais e sejam exigidas pelo Sindicato, como condição necessária para o retorno seguro. O preenchimento do instrumento visa fazer a reflexão conjuntamente de aspectos mais gerais, o que não exclui a possibilidade de serem levantados aspectos mais específicos de acordo com a realidade docente, independentemente de estar empregado ou não.

"Concordo em participar deste questionário cuja finalidade será apenas o coleta de um levantamento das condições da comunidade docente no atual estágio da pandemia. Ademais, estou ciente de que os dados de identificação pessoal aqui respondidos ficarão em total anonimato!"

Sim

Não

Qual o seu E-mail? *

Texto de resposta curta

Qual o seu SUAPE? *

Texto de resposta curta

Regime de Trabalho Docente com a UFPB? *

T20

T40

T40 sem dedicação exclusiva (REMCE)

Outros

Atualmente você se encontra? *

Não está

Afetado pela situação

Afetado(a)

Não

At

Ado

Professor(a)

MOBILIZE SUA(SEU) COLEGA!

Convide até 10 colegas de depto. para responderem ao questionário. Quanto mais gente participando, mais mobilização docente!

COMISSÃO DOCENTE
ADUFPB
Seção Sindical do ANDES-SN